LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

ANÁLISE FORMATIVA DE DOCENTES ATUANTES EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

https://doi.org/10.56238/levv15n42-047

Data de submissão: 15/10/2024 **Data de publicação:** 15/11/2024

Joyce Fernanda Guilanda de Amorim
Doutoranda em Educação
Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba

Adriana Cristina Morais Eloy Cernev
Doutoranda em Educação
Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba

Gislaine Gonçalves dos Santos
Doutoranda em Educação
Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a formação do professor atuante na Educação Especial, e como essa reverbera na constituição e formação humana dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Os documentos legais (CF, 1988; LDBEN 9394/1996; CNE/CEB Resolução n° 02/2001) garantem o acesso e a permanência nos espaços escolares, no entanto, para além de estar na escola, se faz mister o foco na aprendizagem, ou seja, o direito de aprender. Para a efetivação desse direito, uma das condições é a formação dos professores e dentre esses, especificamente a formação do professor atuante na Educação Especial. A Educação Especial é uma modalidade escolar voltada aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, devendo ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Para a obtenção dos dados, foi realizada uma pesquisa de viés qualitativo, com a intenção de analisar, por meio de um questionário, as respostas dos docentes atuantes no campo da Educação Especial. Para tanto, o cenário selecionado para a presente análise foi uma Escola Municipal de Educação Especial do município de Salto de Pirapora, SP, que possui uma característica singular de público: o da Educação Especial. O texto ressalta a necessidade de uma formação que vá além das especificidades das deficiências, buscando a humanização dos sujeitos e considerando a diversidade presente na sociedade. Destaca-se a complexidade e os desafios da Educação Especial no contexto brasileiro, enfatizando a importância da formação dos docentes como um elemento crucial para promover práticas inclusivas e garantir o acesso e a consolidação do conhecimento para todos os alunos. Para tanto, utilizou-se como fundamentação teórica os estudos de Bueno (2016), Diniz (2012), Kassar (2014), Lüdke e André (1986), Martins (2010), Michels (2011, 2017), Padilha (2014), Saviani (2013) e Triviños (1987).

Palavras-chave: Formação Docente. Educação Especial. Público-Alvo Educação Especial.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394, de 1996, a Educação Especial é uma modalidade escolar voltada aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, devendo ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1996).

Além das políticas públicas que garantem o acesso à modalidade, considera-se, também, a formação do docente que exercerá a função de ensinar, especificamente, esses estudantes. Para tanto, o professor especialista da Educação Especial, segundo a Resolução CNE/CEB n° 02/2001, é o profissional que desenvolve as competências necessárias para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar as estratégias de flexibilização e de adaptação curricular, além de atuar em parceria com o professor do ensino regular. Para a efetiva atuação, deve comprovar sua formação por meio de cursos de licenciatura em Educação Especial ou áreas correlatas, preferencialmente concomitante à licenciatura em educação infantil ou nos anos iniciais do ensino fundamental. Embora a Resolução preconize a qualificação docente como algo segmentado, corroborando com a afirmação de Martins, "[...] adiantamos que concebemos a formação de qualquer profissional, aqui em especial a de professores, como uma trajetória de formação de indivíduos, intencionalmente planejada, para a efetivação de determinada prática social" (Martins, 2010 p. 14).

Nesse contexto, para além do ingresso e permanência nos espaços escolares, entende-se que oportunizar aos estudantes com deficiência os conhecimentos historicamente construídos e organizados na forma de saberes escolares é a função precípua da escola. Saviani (2013, p. 14) afirma que "a escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber", e reitera que, é necessário identificar os "elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo" (Saviani, 2013, p. 14).

Assim, compreendemos que o trabalho educativo desenvolvido pelo professor é uma das formas fulcrais para a humanização dos sujeitos. No entanto, a formação docente necessita ter uma sólida base teórica para lhes prover as "formas mais adequadas" de ensino (grifo nosso) e, dessa maneira, garantir a aprendizagem dos estudantes com deficiência, enquanto direito previsto na Constituição Federal (1988) por meio do "III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino[1]" (Brasil, 1988, p. 124).

A capacitação docente, por vezes, foca na deficiência do estudante, considerando fatores biológicos como determinantes sobre as formas como os sujeitos podem ou devem aprender. Nesse sentido, as singularidades intrínsecas dos indivíduos tornam-se barreiras, limitando suas possibilidades

1 Atualmente, a terminologia correta é "pessoas com deficiência".

de aprendizagem. Bueno (2016) afirma que o discurso da inclusão pode tratar os desiguais como iguais, sem reconhecer que uma deficiência específica exige processos de ensino específicos. A prática dos docentes, tanto na Educação Especial quanto na regular, está intrinsecamente ligada às teorias pedagógicas com as quais tiveram contato ao longo da formação. Às vezes, observa-se que a didática empregada se fundamenta em teorias baseadas no saber clínico, que se concentra excessivamente na deficiência e negligencia as potencialidades inerentes dos sujeitos. Na verdade, isso acontece "[...] porque a deficiência ainda não se libertou da autoridade biomédica" (Diniz, 2012, p. 11), além de serem comuns as práticas infantilizadas, que, de modo subjetivo, desqualificam a capacidade do estudante de avançar na sistematização de novos conhecimentos. O modelo médico-pedagógico integra o pensamento hegemônico na educação de uma maneira geral, contribuindo para o discurso do senso comum de que o fracasso escolar é causado por fatores biológicos relacionados às características individuais dos estudantes e, muitas vezes, desconsidera os fatores sociais em que o aluno está inserido (Michels, 2011).

A função educativa, independente da modalidade, deve promover a formação integral do ser humano, propiciando um ensino que contemple o desenvolvimento dos indivíduos. Para que isso ocorra, é fundamental compreender o papel da educação. Como já mencionado, tal ação dependerá do acesso aos conhecimentos disponibilizados ao docente durante sua trajetória formativa.

Além disso, se a formação docente apresenta lacunas em termos de conhecimento e funcionalidade, é necessário considerar todos os que compõem a escola: as famílias, os alunos, a comunidade como um todo, além dos profissionais efetivos e dos terceirizados que também fazem parte desse ambiente. Mazzotta (2011) afirma que, quando o papel da educação escolar é compreendido pela sociedade, as funções, tanto do ensino regular quanto da Educação Especial, começam a fazer sentido. É nesse espaço educativo que pode ocorrer o surgimento e o fortalecimento de políticas públicas educacionais, sobretudo as voltadas à formação do docente.

No entanto, as políticas que regulam essa formação ainda a fazem de maneira parca, tanto para o docente quanto para quem será formado por esse sujeito. Os currículos das licenciaturas apresentam quesitos mínimos sobre o tema e, muitas vezes, apenas uma disciplina tem a obrigatoriedade de tratar da questão de maneira muito superficial. Dessa forma, a responsabilidade de buscar uma capacitação que traga subsídios para a atuação profissional recai sobre o professor, que precisa se esforçar para ampliar seu conhecimento de maneira autônoma e complementar.

Por vezes, algumas instituições parecem não sistematizar os conhecimentos que devem ser transmitidos e consolidados na formação dos docentes, resultando em conteúdos genéricos. Muitas vezes, as formações são embasadas em teorias biologizantes, em abordagens que não levam em conta a historicidade da Educação Especial.

2 METODOLOGIA

Para a obtenção dos dados, foi realizada uma pesquisa de viés qualitativo, com a intenção de analisar, por meio de um questionário, as respostas dos docentes atuantes no campo da Educação Especial. Este tipo de pesquisa fortalece a relação entre os sujeitos — como protagonistas da pesquisa — e o pesquisador — como participante — ao se envolverem de maneira ativa "na realidade que estuda à margem dela, dos fenômenos aos quais procura captar seus significados" (Triviños, 1987, p. 121). Nesse sentido, permite entender a subjetividade do sujeito, que "tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento" (Lüdke e André, 1986, p. 11).

Para tanto, o cenário selecionado para a presente análise foi uma Escola Municipal de Educação Especial do município de Salto de Pirapora, SP, que possui uma característica singular de público: o da Educação Especial.

As participantes da pesquisa foram as docentes que atuam nessa instituição educacional, escolhidas com base na relevância do trabalho educacional para o funcionamento da escola. As questões abordaram a formação inicial e continuada destas pessoas, cujo objetivo foi compreender como as capacitações estão articuladas com o campo de atuação. Portanto, o corpo docente é composto por 12 mulheres, com idades entre 29 e 62 anos. Dessas, 10 participaram das respostas ao questionário.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A instituição educacional pública onde foi realizada a aplicação do questionário possui 38 anos de história e está localizada na região central do município de Salto de Pirapora-SP, ocupando a metade do quarteirão. Expressa, panoramicamente, uma estrutura de térreo acessível e ampla, com jardim, quadras poliesportivas e de areia, piscina aquecida, salas para o trabalho pedagógico e terapêutico, sala de informática, sala de professores, refeitório, entre outros.

Essa instituição está organizada para atender o público-alvo da Educação Especial, no campo da educação, com 10 salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), 02 salas de Educação Especial Exclusiva (EEE) e 01 oficina de Integração Social que realiza um trabalho com jovens e adultos, com profissionais especialistas em Educação Física e Arte. Os professores possuem especialização *lato sensu* na área da Educação Especial e a escola conta com uma dupla gestora: 01 diretora de educação básica e 01 coordenador pedagógico.

Enquanto perfil dos estudantes, atualmente, são atendidos 19 alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), 02 com Deficiência Visual (DV), 09 com Deficiência Física (DF), 62 com Deficiência Intelectual (DI), 16 com deficiências múltiplas, 06 com Síndrome de Down e 05 com Deficiência Auditiva (DA), totalizando 119 estudantes.

Para contextualizar, o AEE é um serviço complementar e/ou suplementar ao processo de escolarização, visando a autonomia e independência dos alunos, tanto na escola quanto fora dela. Esse

atendimento não deve ser substitutivo, nem realizado de forma isolada. É oferecido, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra instituição de ensino regular, no turno oposto à escolarização. Além disso, pode ser realizado em Centro de Atendimento Educacional Especializado, públicos ou privados sem fins lucrativos, conveniados com a Secretaria de Educação (Brasil, 2009).

As matrículas nas classes de Educação Especial Exclusiva (EEE) são permitidas apenas para alunos cuja ficha contém as informações sobre uma das categorias de deficiência, dentro de um quadro que inclua casos diagnosticados, por médico neurologista ou neuropsiquiatra, como o Transtorno do Espectro do Autismo, com condutas típicas de síndromes ou outros transtornos neurológicos graves, os quais impossibilitam sua inclusão na rede regular de ensino, conforme os parâmetros estabelecidos na Resolução SE n° 54, de 12 de agosto de 2011. Essas salas apresentam características tanto regulares quanto substitutivas em relação às classes comuns de ensino da rede municipal (São Paulo, 2011).

A Oficina de Integração Social realiza diversas atividades com grupos que frequentam em dias e em horários diferentes. Nela, são desenvolvidas propostas que auxiliam nas coordenações motoras global e fina, sensório-perceptivas, cognitivas, de comunicação, sócioemocionais e de autocuidado, favorecendo a manutenção e o aprimoramento das funções existentes. Essas ações promovem a independência, a criação individual e coletiva, a socialização e a recreação, garantindo a funcionalidade humana, com vistas a beneficiar o desenvolvimento artístico e físico. Dessa maneira, proporcionam uma melhor qualidade de vida a esse público, por meio de: jogos e circuitos adaptados; atividades rítmicas e de artes visuais; artesanatos; inclusão digital; hidroginástica; entre outros.

No campo da saúde, a instituição possui profissionais que realizam o processo terapêutico do público-alvo da Educação Especial da rede escolar municipal toda, que são 02 fonoaudiólogas, 03 fisioterapeutas, 01 terapeuta ocupacional, 02 psicólogas, 01 psicopedagoga, 01 neuropsicopedagoga, 02 médicas psiquiatras, 01 auxiliar administrativo e 01 coordenadora de saúde. Vale destacar que esse serviço prestado é terceirizado e custeado por verbas públicas.

A escola é administrada pela prefeitura do município e atende somente o público-alvo da Educação Especial. Sua concepção filosófica se sustenta na "[...] defesa dos direitos e da apropriação do saber pedagógico de cada discente público-alvo da educação especial" (PPP, p.04, 2023) e tem como intenção a prestação de "[...] um serviço contínuo focado na qualidade, equidade, inclusão e diversidade, em que considere este discente o centro referencial para a busca de aprimoramento do conhecimento prático e científico (PPP, 2023, p. 04).

A abordagem educacional vem se alinhando à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) que tem como objetivo:

> [...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para

> garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008, p. 14).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2023), esta instituição de ensino passou por um percurso histórico assistencialista no início de sua trajetória e, na atualidade, versa sobre a ótica do PNEEPEI (2008), tendo como finalidade transformar o ambiente educacional "[...] em um lugar privilegiado de análise, discussão e reflexão da realidade, exigindo mudanças, comprometimento e a participação de todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem" (PPP, 2023, p. 21-22). Assim, procura formular e promover estratégias que favoreçam o desenvolvimento cognitivo do estudante, considerando todos os aspectos do seu desenvolvimento global, "[...] trabalhando-as conforme rotina pré-estabelecida no Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) que articula e contempla estratégias sistematizadas, funcionais e flexíveis, que atenda as reais necessidades educativas de cada aluno ou aluna" (PPP, 2023, p.21 - 22).

Em relação aos aspectos formativos docentes, de acordo com os dados analisados fornecidos pelas respostas do questionário, a partir da pergunta "A sua formação inicial foi em instituição privada ou pública? Em qual curso?", constatou-se que metade das entrevistadas completou sua formação inicial em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, enquanto a outra metade se formou em IES privadas. Identificou-se que, entre as respondentes: 03 cursaram o magistério; 04 não responderam à questão; 01 se graduou em Pedagogia; outras possuíam a mesma graduação, porém, com ênfase em campos específicos da Educação Especial, como a Deficiência Auditiva e a Deficiência Visual (01) e Deficiência Intelectual (01). A Educação Especial é abordada nos cursos de formação de docentes polivalentes, já que integra toda a educação básica.

Na questão "Sua formação se deu de maneira presencial ou à distância?", identificou-se que 40% das docentes respondentes realizaram pós-graduações *lato sensu* exclusivamente de modo presencial, 30% apenas pela Educação à Distância (EaD) e 30% cursaram em ambas as modalidades. As características deste levantamento indicam que a proporção de docentes que optaram por cursos de EaD tem aumentado nos últimos anos.

Para tanto, as especializações estão voltadas para campos específicos da Educação Especial e para as necessidades dos estudantes matriculados na instituição escolar, como as pós-graduações com ênfase em Deficiência Intelectual, bem como nas áreas da Psicologia, Neuropsicologia, Psicanálise, Neurolinguística e Psicopedagogia. Outras formações abrangem áreas mais amplas ou genéricas, como a pós-graduação em Música; a pós-graduação em Alfabetização e Letramento; a pós-graduação em Gestão Escolar; a pós-graduação em Propostas Curriculares e Métodos de Ensino.

Nenhuma das docentes possuía formação ao nível de mestrado ou doutorado e isso pode indicar que a busca por cursos formativos tende a se concentrar em especializações que abordam os contextos práticos do cotidiano e que estejam diretamente relacionadas à realidade vivida na instituição escolar. As investigações em nível *stricto sensu*, por sua natureza científica e acadêmica, focam em estudos que, muitas vezes, buscam responder perguntas complexas a partir de determinados objetos, podendo não abordar as vivências diárias e as necessidades imediatas enfrentadas pelos profissionais na área da educação daquele determinado contexto.

Referente ao questionamento "A sua formação continuada foi em instituição privada ou pública? Cite as principais que engajam a sua atuação como professor (a) do campo da Educação Especial", observou-se que 01 obteve sua formação por meio de uma universidade pública, outra por Instituições de Ensino Superior (IES) pública e privada, enquanto a maioria das docentes (08) realizaram cursos em instituições privadas.

Na questão "Há quanto tempo atua na área da Educação Especial?", a experiência na modalidade revelou que: 30% trabalham no campo educacional há pouco tempo (01, 03 e 05 anos); 40% possuem um tempo de serviço relativamente médio (10 e 12 anos); e 30% atuam em um período considerado longo (21, 25 e 38 anos).

Para melhor compreensão da pergunta "Quais os referenciais teóricos da sua formação?", as respostas foram organizadas, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: Quais os referenciais teóricos da sua formação?

Livros, revistas e documentos que tratam da educação continuada, educação especial, inclusão e Atendimento Educacional Especializado
Aperfeiçoar
Vygostsky, Piaget, Paulo Freire etc.
Ênfase nas diversas deficiências, como Deficiência Auditiva e Intelectual, distúrbios neurológicos e dificuldades específicas de aprendizagem
J. Venturini, Thomás D. Cutsforth, todas as capacitações do CAPE São Paulo, engajando vários autores e formadores
Sócio construtivismo
Autores Construtivistas
Simone Capellini, Jean Piaget e Wallon
Celedon, Ferreira Filho, Khater, Montoan, Mazzota e Sassaki
Paulo Freire

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

A intenção da questão foi identificar qual teoria era utilizada como base para a aprendizagem na formação das professoras. Nas respostas, constatou-se que: 01 afirmou que utiliza livros e revistas que trata da educação continuada, da Educação Especial, da inclusão e do Atendimento Educacional Especializado; 01 citou alguns pesquisadores e o Núcleo de Apoio Especializado (CAPE) do estado de São Paulo; 01 registrou apenas o verbo "Aperfeiçoar"; 01 deu ênfase às diversas deficiências, como Deficiência Auditiva e Intelectual, distúrbios neurológicos e dificuldades específicas de aprendizagem; 02 afirmaram que utilizam autores da teoria construtivista; 04 foram mais específicas ao citar: Vygosty

(01); Piaget (02); Paulo Freire (02); Wallon (01); e pesquisadores da atualidade, como Capellini, Celedon (01), Ferreira Filho (01), Khater (01), Montoan (01), Mazzotta (01) e Sassaki (01). Nestas respostas, foi identificado que teóricos de distintas correntes são utilizados como referências aos estudos, o que não confere a linearidade na concepção enquanto quesito formativo. Ainda, em relação aos pesquisadores da atualidade, constatou-se que há divergências, uma vez que esses se embasam em distintas concepções para as suas investigações científicas.

De um modo geral, a análise das respostas obtidas por meio do questionário demonstra que as professoras atuantes na Educação Especial possuem qualificações que atendem as demandas práticas do cotidiano escolar em que estão inseridas, demonstrando a preocupação individual no aperfeiçoamento e na melhoria da própria prática docente voltada aos estudantes com deficiência. Em contrapartida, identificou-se que a diversidade dos percursos formativos e dos referenciais teóricos refletem uma ausência de linearidade na concepção que, de acordo com Padilha (2014), o formato que prioriza a resolução de problemas simples e práticos enfrentados por alunos com deficiência na escola e que se concentra nas necessidades imediatas e nas questões fragmentadas, não proporciona espaço suficiente para as concepções teóricas e metodológicas que deveriam ser parte fundamental no processo formativo e, consequentemente, podem surgir lacunas na formação continuada dos docentes.

4 CONCLUSÃO

O texto aborda algumas políticas referentes à Educação Especial, destacando sua importância e reconhecimento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96). No entanto, também evidencia as contradições e desafios enfrentados por essa modalidade educacional, que, historicamente, foi tratada de forma separada da educação comum.

Uma análise crítica é apresentada em relação à formação de docentes especializados em Educação Especial, destacando as competências permitidas para atuar nessa área. Ainda, o texto ressalta a necessidade de uma formação que vai além das especificidades das deficiências, buscando a humanização dos assuntos e considerando a diversidade presente na sociedade. Mesmo apontando que esta formação deve ser para todos os docentes, acentua a ideia da necessidade da formação de um "especialista", pois traz mais as questões específicas relacionadas à deficiência do que a preocupação em ensinar (Michels, 2017, p. 40).

A reflexão sobre a prática pedagógica destaca a importância das teorias pedagógicas nas quais as docentes foram formadas. Além disso, são discutidos os desafios de uma abordagem centrada na deficiência e a necessidade de superar práticas infantilizadas, buscando a ascensão do desenvolvimento humano. Logo, Kassar (2014) retrata que "parece-nos que estamos diante de um grande desafio, considerando-se que não há consenso – dentro da própria área – em relação à formação apropriada de

docentes para escolarizar satisfatoriamente a população historicamente identificada como ‘da educação especial’” (Kassar, 2014, p. 222).

Uma pesquisa desenvolvida na Escola Municipal de Educação Especial do município de Salto de Pirapora, SP, fornece uma visão mais prática sobre a formação inicial e continuada das docentes que atuam nesse contexto. Os resultados indicam uma variedade de formações, tanto na modalidade presencial quanto à distância, com ênfase em campos específicos da Educação Especial.

A análise das respostas das docentes revela uma vivência significativa na área, com a maioria das participantes possuindo experiência na modalidade educacional. A diversidade de referenciais teóricos utilizados reflete uma abordagem multifacetada, gerando uma divergência de concepções que pode acarretar em lacunas formativas e impactar na prática pedagógica docente.

Em suma, o texto destaca a complexidade e os desafios da Educação Especial no contexto brasileiro, enfatizando a importância da formação dos docentes como um elemento crucial para promover práticas inclusivas e garantir o acesso e a consolidação do conhecimento para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional n. 132/2023. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 186 p.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução do CNE/CEB n° 2/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. Casa Civil, Ministério da Educação/Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf Acesso em: 14 ago. 2024.

BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade. 1ª reimpressão. São Paulo: EDUC, 2016. 208 p.

DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros passos, 324). 80 p.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Projeto Político Pedagógico. Salto de Pirapora, SP, 2023.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização dos alunos com deficiência. Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 93, p. 207-224, maio-ago. 2014. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 18 dez. 2023.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Lígia Márcia. O legado do século XX para a formação de professores. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton. Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias / Lígia Márcia Martins, Newton Duarte (orgs.); apoio técnico Ana Carolina Galvão Marsiglia. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/FORMA%C3%87%C3%83O-DE-PROFESSORES-LIMITES-CONTEMPORANEOS.pdf. Acesso em: 13 set. 2024.

MICHELS, Maria Helena. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? Revista Educação Especial, v. 24, N. 40, mai.-ago. 2011, pp. 219-232. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/2668. Acesso em: 13 dez. 2023.

MICHELS, Maria Helena (org.). A formação de professores de educação especial no Brasil: propostas em questão. Florianópolis: UFSC / CED / NUP, 2017. 274 p.

PADILHA, Adriana Cunha. As implicações da formação em atendimento educacional especializado e o trabalho de professores de AEE. In: FREITAS, Deboráh de B. A. P.; CARDOZO, Sandra M. da S. (orgs.). Inclusão e diferenças: ressignificando conceitos e práticas. vol. 2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014. 143 p.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Resolução SE n° 54, de 12/08/2011. Dispõe sobre a celebração de convênios com instituições, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, e dá providências correlatas. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/54_11.HTM?Time=16/03/2017%2015:52:43. Acesso em: 08 out. 2024.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 11 ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.